



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de outubro de 2023 foram visados 182 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando mais de 362 milhões de euros.

No mesmo período houve sete recusas de visto, no montante de cerca de 2,9 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS OUTUBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	67	24,45	197 037 652,46	50,34
Visto com Recomendações	92	33,58	157 138 510,48	40,15
Declaração de Conformidade Homologada	23	8,39	8 277 876,84	2,12
Recusa de Visto	7	2,55	28 923 065,83	7,39
Outras extinções da instância (*)	85	31,02	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	274	100	391 377 105,61	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2023

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	696	29,38	2 010 166 730,35	46,73
Visto com Recomendações	734	30,98	2 052 966 584,49	47,72
Declaração de Conformidade Homologada	212	8,95	150 290 373,26	3,49
Recusa de Visto	21	0,89	73 721 365,23	1,71
Outras extinções da instância (*)	706	29,80	14 580 945,82	0,34
TOTAL DE DECISÕES	2369	100	4 301 725 999,15	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão